

Procura por Educação Primária em Moçambique

Félix M. Mambo^a

^a UNU-WIDER, Helsinki, Finlândia.

Resumo

Desde a reforma ao sector de educação em 2004, o número de crianças com idade escolar que são inscritas no ensino primário tem evoluído positivamente. Todavia, entre os períodos 2008 e 2014, a percentagem de crianças fora da escola estagnou em torno dos 12%. Neste contexto, o presente estudo discute os factores que podem fazer com que crianças com idades entre os 6 e 12 anos não sejam inscritas no ensino primário. Os resultados econométricos do estudo sugerem que a possibilidade de uma criança ser inscrita no ensino primário está ligada ao rendimento do agregado familiar. Um baixo nível de educação do chefe de agregado familiar, os factos, eventuais, de a criança ser deficiente ou ser órfã de pai ou mãe são as maiores barreiras na procura de educação primária. Em consequência, a promoção de uma educação inclusiva para crianças deficientes, da educação do chefe do agregado familiar e o aumento do rendimento dos agregados familiares contribuem para o aumento da procura por educação primária.

Palavras-Chave: Determinantes da Educação; Procura por Educação; Ensino primário

1. Introdução

A educação em Moçambique é vista como um instrumento de desenvolvimento. Por essa razão, o aumento da oferta de uma educação de qualidade é uma das principais medidas estratégicas propostas pelo Governo de Moçambique para promover o desenvolvimento (GdM, 2012, p. 3).

A desigualdade do consumo tem aumentado de forma consistente desde 1996-97, sendo que, no período mais recente, o aumento da desigualdade se intensificou. (DEEF, 2016). Devido à desigualdade económica, a oportunidade de acesso a educação pode não ser igual para as diferentes camadas da sociedade. Antes da reforma do sistema educacional, Moçambique destacou-se num grupo de 36 países em vias de desenvolvimento como o país cujo sistema educacional mais favorecia os mais ricos. (Dabla-Norris & Gradstein, 2004).

O Governo de Moçambique (GdM) e seus parceiros, para aumentar o acesso ao ensino fundamental por parte de todas as camadas da sociedade Moçambicana, tem engendrado políticas e reformas direccionados ao sector da educação. Destaca-se aqui a abolição das taxas obrigatórias no ensino primário, uma das medidas necessárias para atingir um ensino básico universal, como está preconizado nos objectivos de desenvolvimento sustentável.

O GdM (2012) definiu como um dos principais objectivos para o sector da educação assegurar a inclusão e a equidade no acesso e retenção na escola. O número de crianças com idade escolar que procuram educação básica tem evoluído positivamente, sendo que aumentou em cerca de 88% no período de 2002 a 2014. Todavia, no período 2008 a 2014, a percentagem de crianças fora da escola estagnou em torno dos 12%, o que representa cerca de 700 mil crianças (WDI, 2017). Isto verifica-se num contexto em que a educação básica é obrigatória e, segundo a lei, oferecida de forma gratuita.

Neste contexto, surge o problema fundamental que este estudo pretende discutir: quais são os factores que podem fazer com que os pais de crianças no grupo de idades entre os 6 e os 12 anos não procurem a sua educação, no nível do ensino primário? Ademais, será discutido o papel da desigualdade de rendimento na procura por educação.

A procura por educação é teoricamente construída, considerando a decisão de inscrição ou não de uma criança na escola como uma escolha económica feita pelo agregado familiar, em nome da mesma. Assim sendo, o problema económico ligado à procura por educação (neste caso, ao nível do ensino primário), é construído considerando que o agregado familiar tem que tomar uma decisão de investir ou não em capital humano. Considera-se que educação, como as outras formas de investimento, tem um retorno. Por exemplo, espera-se que cada ano adicional de educação se reflecta na forma de um acréscimo salarial que faz com que o salário aumente em função do número de anos de educação, isto comparando a outros trabalhadores similares, com menos anos de educação, em sectores e economias comparáveis (Becker, 1962). Neste contexto, os agregados familiares esperam que o investimento em educação resulte num retorno positivo e significativo. Essa percepção de retornos de educação pode ser afectada pela experiência de educação dos membros do agregado familiar.

Estabelece-se, então que análise económica da procura por educação reconhece que a decisão de ter membros do agregado familiar na escola é um investimento: os agregados familiares decidem fazer face a custos contemporâneos para obtenção de benefícios futuros. Como sugere o trabalho de Becker (1962) e Ben-Porath (1967), o investimento em educação exige que o agregado familiar reduza o consumo de outros bens, como forma de suportar os custos inerentes a aquisição de material escolar, livros, uniformes, outros materiais didácticos e o pagamento de matrícula e mensalidades, quando a educação não é gratuita.

Consequentemente, o rendimento do agregado familiar pode ser um factor chave na demanda por educação. Todavia, o custo contemporâneo do investimento em educação pode ser reduzido por outros factores externos, como sejam subsídios, programas de promoção educação, transporte ou alimentação escolar.

Outra consideração importante quando se trata de investimento em educação é o uso de tempo, visto que investir em educação suscita uma substituição do tempo que seria usado para o lazer, actividades domésticas ou laborais por tempo dedicado a actividades relacionadas com a educação. Para enquadrar a questão de tempo no agregado familiar é importante perceber como é feita a divisão de trabalho dentro de um agregado familiar. São factores ligados à divisão de trabalho: o tamanho do agregado, a sua estrutura, a distribuição de tarefas em função do género,

a idade da criança, a sua posição no agregado e a relação com o chefe do agregado familiar. Outro factor relevante à questão da divisão do trabalho, mas externo ao agregado familiar, é a distância à escola., visto que o tempo de deslocação é tempo não usado para outros fins e aumenta o custo de oportunidade ligado aos níveis de rendimentos que podem ser obtidos contemporaneamente. A qualidade (percebida) da escola também pode influenciar o investimento em educação

Existe uma vasta base empírica sobre qual pode se fazer a discussão deste tema, como sejam, por exemplo, os estudos empíricos de Chernichovsky (1985) sobre o Botswana rural, Deolalikar (1997) focando no ensino primário no Quênia, Tansel (1997) usando dados estatísticos da Costa do Marfim e do Gana, Al-Samarrai e Peasgood (1998) com base em dados da Tanzania, Connelly e Zheng (2003) baseado em dados da China, Glick e Sahn (2000) usando dados dos países da África Ocidental, Zimmerman (2001) usando informação estatística da Bulgária, Handa (2002) com enfoque no ensino primário em Moçambique, Lincove (2009) com ênfase para o ensino primário em Nigéria, Quayes e Ramsey (2014) Paquistão e Nidup (2016) usando dados do Butão. Estes consideram como possíveis factores determinantes as características da criança, características do chefe do agregado familiar (AF) e as características do AF.

Quando abordamos a questão de factores determinantes procura de educação primária em Moçambique destacam-se poucos estudos: World Bank (2005) sobre o impacto dos custos no ingresso e retenção no ensino primário, (feito com base nos dados do Inquérito aos Agregados Familiares, IAF, 2002/03), UNICEF (2010) sobre as barreiras à participação no ensino (feito com base nos dados do Multiple Indicator Cluster Survey, MICS, 2008) e o trabalho de Fox et al. (2012) que analisou o impacto das reformas ao sistema educacional nacional realizada no período 2004/05 sobre o ensino primário e secundário (com base nos dados de painel do Education Outcomes National Panel Survey, NPS, 2002-2008).

Os trabalhos realizados em Moçambique identificam, como possíveis determinantes, os seguintes factores: características da criança (idade, género, ordem de nascimento e se é descendente directo do chefe do AF), características do chefe do agregado familiar (género do chefe do AF,

educação dos pais), características do AF (consumo), características geográficas (distância à escola, região de residência) e outros factores externos (custos ligados a educação).

Os principais resultados de World Bank (2005) sugerem que o custo directo ligado à educação tem pouca ou nenhuma influência sobre a probabilidade de ingresso no ensino primário. No entanto a proximidade à escola, a educação dos pais e características da criança (idade, género e vulnerabilidades) e o nível de consumo do AF têm uma influência significativa sobre a probabilidade de ingresso no ensino primário. O estudo da UNICEF (2010), fazendo referência a uma análise de regressão, destaca como factores determinantes para a frequência ao ensino primário de crianças de 6-12 anos, em primeiro lugar a escolaridade da mãe, a riqueza familiar, se a criança tem alguma deficiência, o género do chefe do AF e se a criança vive com o pai. No entanto, os principais resultados de Fox et al. (2012) sugerem que a reforma do sistema educacional 2004/08, que culminou com a abolição dos custos directos ligados a educação primária e secundária teve um efeito positivo, nos anos subsequentes, sobre o número de inscrições do grupo de idade 6 a 19 anos sendo que a reforma aumentou o acesso à educação para crianças provenientes de AF pobres e crianças do género feminino.

A presente pesquisa expande a literatura existente sobre a procura de educação primária em Moçambique. Primeiro porque analisa o impacto da desigualdade do rendimento na procura por educação primária, uma análise que não foi incorporada na literatura existente. Segundo, por ser baseada em dados mais recentes do inquérito ao orçamento familiar (IOF14/15), actualiza a análise dos factores que afectam a procura por educação ensino primária.

Espera-se que a presente pesquisa aumente a escassa literatura moçambicana sobre procura por educação primária em Moçambique, sirva de ferramenta para a formulação de políticas, fornecendo uma nova perspectiva na questão de educação primária e seus determinantes da procura por educação primária.

Na próxima secção do artigo, contextualiza-se a questão de educação primária em Moçambique. Logo após, apresenta-se a metodologia usada para atingir os objectivos do estudo, descreve-se os

principais dados usados, e, em seguida, discute-se os principais resultados do estudo. Finalmente, apresentam-se algumas conclusões do estudo.

2. Educação Primária em Moçambique

A política de educação em Moçambique está centralizada em três objectivos: a expansão da educação, a melhoria da sua qualidade e o reforço da capacidade institucional, financeira e política com vista a assegurar a sustentabilidade do sistema (GdM, 2012). O sistema de educação em Moçambique sofreu uma reforma em 2004, levada a cabo pelo Governo de Moçambique e cujo principal objectivo foi reduzir barreiras no acesso à educação e torná-la mais abrangente. Antes da reforma, os encarregados de educação suportavam anualmente custos com matrículas e ASE (Acção Social Escolar), o que pode ter contribuído para que crianças provenientes de AF mais pobres não aderissem ao ensino -primário.

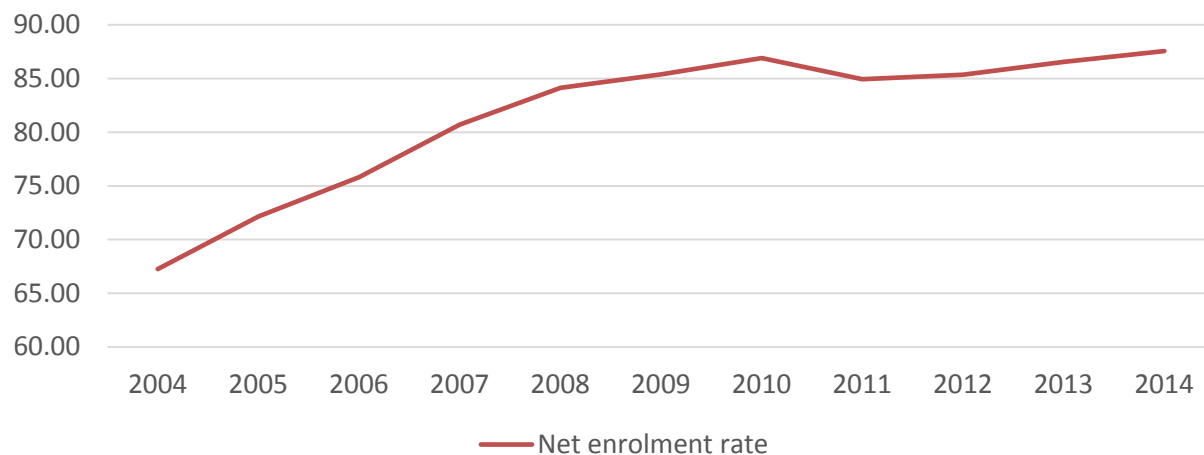
O sistema de ensino escolar em Moçambique compreende 3 níveis de ensino: o ensino geral, composto pelo ensino primário; o ensino secundário geral e ensino técnico-profissional equivalente ao ensino secundário geral, e; o nível superior (GdM, 2012). O ensino primário está dividido em primeiro ciclo (1ª e 2ª classe), segundo grau (da 3ª à 5ª classe) e terceiro grau (6ª e 7ª), sendo a idade de entrada oficial 6 anos completados no ano de ingresso.

O comportamento do sector de educação foi modificado com a reforma de 2004, com a introdução de um novo currículo escolar, a abolição dos custos de ingresso e o aumento do número de escolas e professores.

No período 2004-2014, tal como mostra a figura 1, a taxa de inscrição líquida seguiu um comportamento relativamente crescente, ou seja, o número de alunos inscritos evoluiu positivamente em relação aos níveis de 2004. A percentagem de crianças com idade escolar fora da escola sofreu uma grande redução desde a reforma ao sistema educacional em 2004. Em 2014, a taxa de inscrições líquida atingiu o seu máximo de 87,56%, isto com cerca de 12,44% fora da escola, o que representa cerca de 700 mil crianças com idade escolar que abandonaram a educação, no que é, ainda assim uma grande melhoria quando comparada com uma taxa de abandono escolar de 32,72%, em 2004. Todavia, continua a representar um número elevado de crianças fora da escola, num contexto onde a educação básica é gratuita e obrigatória. Ademais,

nos últimos 5 anos, a percentagem de crianças fora da escola sofreu uma relativa estagnação em torno de 12%.

Figura 1: Evolução da Taxa de Inscrição Líquida no Ensino Primário em Moçambique



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do WDI (2017)

Nota de tradução: Net Enrolment rate = taxa líquida de inscrições na idade certa;

Para justificar porque algumas crianças não procuram educação primária, a UNICEF (2010) destaca um conjunto de possíveis barreiras à educação primária em Moçambique. Em primeiro lugar, destacam-se os custos directos com a educação, em especial para os agregados familiares muito pobres. Isto, apesar da maior parte dos custos inerentes ao ingresso e permanência de crianças no ensino primário terem sido abolidos, existirem programas de apoio e isenção que abrangem com maior ênfase aos AF mais pobres. No entanto, outros custos, como o custo dos uniformes e outros materiais escolares, podem restringir o acesso ao ensino no caso dos AF mais vulneráveis. Nesse sentido, os custos directos podem ser um factor determinante na decisão de pôr ou não os filhos na escola.

O custo de oportunidade da participação na escola, considerando o papel das crianças no seio da família é também sugerido como um factor determinante. Ao inscrever-se na escola a criança, o AF poderá ter que abdicar da sua participação na realização de outras tarefas, sejam domésticas

ou que produzam algum rendimento para o agregado familiar, isto, de acordo com as prioridades definidas pelos encarregados de educação e a percepção de retornos da educação.

Temos também, como possíveis barreiras à procura de educação de crianças, determinadas questões socioculturais e tradições, por um lado, bem como a oferta de escolas de qualidade, por outro, que podem influenciar a percepção de retornos da educação dos encarregados de educação.

Na tabela 1, apresenta-se as razões subjectivas para que os agregados familiares de crianças com idade entre os 6 e os 12 anos não procurem a sua educação, de acordo com o género, a área de residência e os quintis de consumo. A informação na tabela 1 pode ser usada para ter uma imagem das possíveis barreiras ligadas ao investimento em educação. A razão mais prevalente para não procurar educação no grupo de idade 6 a 12 anos é a alegada falta de interesse. A distância à escola é levantada como uma razão frequente para não procurar educação, assim como o custo de educação. No entanto, para 20% das crianças, existe um conjunto de outras razões, não especificadas, para que os AF não procurem a sua educação. Existem algumas diferenças notáveis entre as áreas de residência, independentemente do género, como é o caso de a percentagem de crianças cujos AF não procuram educação por ser considerada muito cara ser maior nas zonas urbanas relativamente as zonas rurais. A percentagem de crianças cujos AF não procuram educação por a escola ser muito distante é relativamente maior nas zonas rurais. Relativamente ao género e aos quintis de consumo existem poucas diferenças notáveis.

Tabela 1: Razões subjectivas para não procurar educação, grupo de idade 6 a 12 anos (%)

Razões	Tota l	Masculino		Feminino		Quartil				
		Rura l	Urban o	Rural o	Urban o	1	2	3	4	5
Atingiu o nível que desejava	0,43	0,45	0,49	0,45	0,65	0,1	-	0,65	0,98	0,76
Não existe nível seguinte	0,57	0,94	0,86	0,16	0,14	0,24	-	0,25	0,7	3,05

Falta de Vagas	2,2	1,61	3,06	1,84	5,45	2,21	1,67	2,58	1,58	3,34
Fica muito distante	8,61	11,1	3,12	8,36	2,77	9,61	9,35	8,61	7,2	6,92
Muito cara	4,81	3,97	8,38	3,5	10,39	4,78	4,74	4,3	4,22	6,96
Muito novo/a	0,75	0,84	0,69	0,69	0,56	1,04	0,5	0,11	1,68	0,3
Trabalha	2,44	2,39	2,22	2,47	2,76	1,17	3,41	2,24	2,24	4,52
Falta de interesse	56,7	61,6	45,35	59,56	33,23	56,8	53,6	61,7	58,3	48,9
	1	8					4	6	5	1
Reprovou	2,21	1,29	2,14	3,3	2,53	0,69	3,29	2,07	3,16	2,72
Casou-se	0,44	0,31	0,19	0,63	0,53	0,39	0,4	0,52	0,56	0,26
Gravidez	0,23	-	-	0,16	1,78	0,31	0,36	-	0,43	-
Outras	20,6	15,4	33,98	18,9	39,19	22,6	22,6	16,9	18,9	22,2
		1				6	4	2	1	6

Fonte: Autor, com base nos dados do IOF14/15

3. Metodologia

Para analisar os factores que podem fazer com que crianças com idade entre os 6 e os 12 anos não procurem educação, o estudo estará centrado no ensino primário. A decisão de investir na educação é dicotómica: pode se investir na educação ou não investir. Assim sendo, este estudo adoptou uma metodologia baseada na regressão Probit, similar à usada, a título de referência, nos trabalhos de Deolalikar (1997), Tansel (1997), Al-Samarrai e Peasgood (1998), Glick e Sahn (2000), Zimmerman (2001), Handa (2002), Connelly e Zheng (2003) e Nidup (2016).

Seja Y_1^* uma variável que reflecte a probabilidade de uma criança com idade entre os 6 e os 12 anos ser inscrita no ensino primário .

$$y_1^* = \alpha + \beta^h H + \beta^c C + \varepsilon_1 \quad (3.1)$$

Dado que só é possível observar se uma criança foi inscrita na escola ou não, assume-se que y_1^* é uma variável latente, sendo que as decisões de inscrição na escola, $y_{1i} = 1$, e de não inscrição, $y_{1i} = 0$, seguem a seguinte regra de decisão:

$$y_{1i} = \begin{cases} 0 & \text{se } y_1^* \leq 0 \\ 1 & \text{se } y_1^* > 0 \end{cases} ,$$

onde H é um vector que congrega as características da criança, do chefe do agregado, e do agregado familiar, C é um vector que congrega os custos directos e indirectos de inscrição no ensino primário e $\varepsilon_1 \sim N(0, \sigma_1^2)$.

O vector H é composto por características da criança, como: idade, género, a ordem de nascimento entre os dependentes, se é deficiente, se é órfão e se participa em algum trabalho infantil. Contém também características do agregado familiar, como o consumo, expresso em logaritmo, rácio de dependência e zona de residência. Contém, finalmente, características do chefe do agregado familiar como a sua idade, género, o estado civil, o seu nível de escolaridade e se actualmente frequenta uma escola. O vector C é composto pela mediana do custo fixo, a mediana do custo variável e o custo de oportunidade, aproximado através da distância à escola. As variáveis estão descritas em maior detalhe na tabela A, em anexo.

4. Dados

Para atingir os objectivos definidos, são usados dados do IOF 2014/15, correspondente a uma amostra aleatória de cerca de 11.000 agregados familiares. Cada família foi entrevistada em diferentes momentos de uma semana escolhida previamente, com questionários sobre características genéricas, emprego, despesas diárias e consumo doméstico, posse de bens duráveis, condições habitacionais, ofertas e transferências recebidas e pagas, receitas de várias fontes, bem como despesas menos frequentes (como propinas escolares ou compra de vestuário). A colecta de dados teve lugar durante o período de um ano, entre Agosto de 2014 e Agosto de 2015. Mais especificamente, a base de dados contém observações para 11.505, 10.368 e 11.315 agregados familiares correspondentes, respectivamente, ao primeiro, segundo e quarto trimestre. O modelo em análise é baseado numa amostra de 10,369 crianças com idade escolar de 6 a 12 anos, inquiridas no quarto trimestre.

De acordo com sumário estatístico apresentado no anexo B, em anexo, as variáveis que representam as características das crianças sugerem que, como esperado, metade das crianças na amostra do grupo de idade 6 a 12 são raparigas e que, em média, 1% dessas crianças são deficientes. Em média, 76% das crianças na amostra estão inscritas no ensino primário. No grupo em análise, cerca de 13% das crianças são órfãs. Em média, cerca de 19% participa em alguma forma de trabalho infantil. O valor do consumo real médio per capita dos agregados familiares com crianças no grupo de idade 6 a 12 anos é de cerca de 38,66 MZN por dia.

O rácio de dependência sugere que em média 1 em cada 5 membros do agregado familiar é um dependente. Os chefes dos AF têm pelo menos o primeiro grau do ensino primário completado e 2% dos chefes frequentam a escola.

5. Resultados da Regressão

Os resultados da estimação do modelo probit da procura de educação primária, no grupo de idade 6 a 12, são apresentados no anexo C e os efeitos marginais são apresentados na tabela 3. Os resultados referem-se à amostra total e duas subamostras, baseadas em diferentes quintis de consumo. Mais especificamente, uma amostra de crianças cujo AF tem um nível de consumo per capita no primeiro e segundo quintil (designadas como “Mais Pobres”)¹ e uma amostra de crianças cujos AF têm um nível de consumo per capita que se encontra no quinto quintil (designadas como “Ricas”). O consumo real do AF a que a criança pertence é usado como proxy do rendimento.

O nível de consumo dos AF é significativo e positivamente associado à procura por educação primária. Esta associação é especialmente forte nos AF mais pobres e não significativo nos AF ricos. Essa diferença sugere que AF com recursos mais escassos enfrentem efeitos rendimento que, aparentemente, deixam de afectar significativamente as crianças mais ricas. Os dados

¹ Para a subamostra dos AF mais pobres foi usado o primeiro e segundo quintil porque não há muita diferença no consumo real destes dois grupos.

sugerem que para AF mais pobres um aumento no consumo real em 1 ponto percentual aumenta a probabilidade de inscrição em cerca de 9,1 pontos percentuais.

A idade da criança é uma variável significativa e positivamente associada à procura de educação primária, sendo notável que a associação deste factor com à procura por educação é menos forte nos AF ricos.

A ordem de nascimento é significativa e positivamente associada à procura por educação. Considerando que agregados familiares possuem recursos disponíveis limitados, especialmente os mais pobres, tal aumenta a disputa interna por recursos, mas também, potencialmente, a capacidade de os gerar, à medida que as crianças adquirem capacidades de participar nas tarefas domésticas e geradoras de rendimento. A sugestão do resultado é que a disposição para fazer face ao custo de inscrever mais uma criança na escola vai crescendo a medida que mais crianças nascem. Neste contexto, os resultados sugerem que num AF há maior preferência em investir na educação de crianças mais novas relativamente às crianças mais velhas. Nota-se que esta variável não é significativa para as crianças de AF mais ricos.

Ser deficiente é uma variável significativa e negativamente associada à procura por educação. Os resultados sugerem que é 39,6 pontos percentuais menos provável uma criança deficiente ser inscrita no ensino primário, se comparada com uma criança idêntica em todas as variáveis observadas, mas sem nenhuma deficiência assinalada. Uma causa possível é a existência de menos infra-estruturas e escolas preparadas para crianças deficientes. A título de referência, até 2009 existiam somente 98 escolas a oferecer educação inclusiva em Moçambique (UNICEF, 2010, p. 130).

Crianças órfãs de mãe ou pai têm uma probabilidade estimada de procurar educação 4 pontos percentuais inferior à de crianças que, tudo o resto constante, não são órfãs.

O nível de escolaridade do chefe do AF é significativo e tem um efeito positivo sobre procura por educação primária. À medida que o nível de educação do chefe do AF aumenta, a probabilidade de inscrever uma criança com idade entre 6 e 12 anos na escola primária aumenta. Ademais, a associação é mais forte nos AF mais pobres.

Ter um chefe do agregado familiar que estuda é um factor determinante e significativo nos AF mais pobres. Crianças cujo chefe do AF estuda têm uma propensão 30 pontos percentuais superior de inscreverem-se no ensino primário, relativamente a crianças, em tudo o resto semelhantes, mas cujo chefe de agregado familiar não estuda.

Relativamente a robustez dos resultados, estudos como Lincove (2009), Nidup (2016), adoptaram o método regressão baseado em variáveis instrumentais para identificar e resolver problemas de endogeneidade, ligado ao uso de tempo, distancia e rendimento. Neste estudo, essas variáveis foram tratadas como exógenas e, por essa razão, os resultados apresentados podem ser menos robustos.

Tabela 2: Resultados de estimação do modelo Probit – efeitos marginais

Variáveis Independentes	Efeito Marginal (dy/dx)		
	Total	Ricas	Mais Pobres
Idade	0,031*** (0,003)	0,012* (0,007)	0,039*** (0,005)
Rapariga	0,006 (0,009)	-0,035 (0,022)	0,011 (0,015)
Ordem de Nascimento	0,013*** (0,0040)	0,016 (0,0107)	0,013** (0,0057)
É Deficiente	-0,396*** (0,059)	-0,318*** (0,089)	-0,315*** (0,112)
Participa_Trabalho_Infantil	-0,015 (0,014)	-0,041 (0,031)	0 (0,024)
Log Consumo real	0,039***	0,014	0,091***

	(0,010)	(0,035)	(0,023)
Órfão			
Pelo menos 1 parente	-0,04**	-0,056	-0,023
	(0,018)	(0,047)	(0,027)
Dos dois parentes	-0,016	-0,016	-0,024
	(0,039)	(0,066)	(0,065)
Rácio dependência	-0,003	0,033	-0,035
	(0,043)	(0,087)	(0,071)
<i>Escolaridade Do chefe do AF</i>			
Primário 1º grau	0,078***	0,079*	0,071***
	(0,015)	(0,045)	(0,022)
Primário 2º grau	0,103***	0,1**	0,117***
	(0,018)	(0,048)	(0,029)
Secundaria 1º ciclo	0,171***	0,147***	0,19***
	(0,021)	(0,048)	(0,031)
Secundaria 2º ciclo	0,219***	0,141**	0,274***
	(0,023)	(0,056)	(0,031)
Nível Superior	0,172***	0,127**	
	(0,043)	(0,061)	

Tabela 3: Resultados de estimação do modelo Probit – efeitos marginais (continuação)

Variável dependente: Inscrição		Efeito Marginal (dy/dx)		
Variáveis Independentes	Total	Ricas	Mais Pobres	
Idade do chefe do AF	0 (0,000)	-0,001 (0,001)	0 (0,001)	
Chefe do AF frequenta escola	0,087 (0,057)	0,052 (0,058)	0,303*** (0,109)	
Género do chefe do AF	0,022 (0,020)	0,053 (0,040)	-0,012 (0,036)	
Estado civil do chefe do AF				
Casado/União Marital	-0,005 (0,034)	0,007 (0,068)	-0,056 (0,052)	
Divorciado/Separado	-0,058 (0,038)	-0,069 (0,088)	-0,106* (0,054)	
Viúvo	-0,004 (0,035)	-0,104 (0,077)	-0,038 (0,051)	
Custo_distancia	-0,00007 (0,000)	0,00009 (0,000)	-0,00008 (0,000)	
Custo_fixo_mediana	0 (0,000)		0 (0,001)	
Custo_variavel_mediana	0 (0,029)	0 (0,047)	0** (0,065)	

Dummy Regionais	Sim	Sim	Sim
Observações	10,369	1,655	4,218

Legenda: * $p < 0,1$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$; Dummy regionais incluídas para controlar diferenças geográficas.

Conclusão

A política de educação em Moçambique combinada com os esforços emanados do GdM e seus parceiros no sentido de expandir a educação e tornar o acesso a educação mais abrangente tem tido um efeito positivo no aumento da procura por educação primária.

O desenvolvimento do sector de educação pode ainda ser evidenciado, se for tomada em consideração evidência empírica dos estudos realizados no contexto de Moçambique, olhando a evolução do sector ao longo dos anos e os resultados da pesquisa actual. Este artigo discute os factores que podem fazer com que crianças com idades entre os 6 e 12 anos não sejam inscritas no ensino primário. Para esse efeito, usando um modelo probit, foi examinada a associação entre a probabilidade de uma criança ser inscrita na escola primária e variáveis que reflectem sua as características, características do AF e os custos do ensino primário. Os resultados sugerem que o género da criança não é um factor significativo na procura por educação primária, e consequentemente que não haverá desigualdade em função do género na decisão de inscrição de crianças no ensino primário, assim como não há diferenças significativas na procura por educação ligadas ao género do chefe do AF.

No entanto, há evidência de desigualdade na inscrição no ensino primário ligado ao rendimento. Na procura por educação, os agregados ricos são menos afectados por factores ligados à criança, agregado familiar e custos. Crianças de AF ricos são mais propensas a serem inscritas no ensino primário, se comparadas com crianças de AF mais pobres. Nos AF mais pobres, o rendimento do AF e a educação do chefe têm um papel importante na procura por educação primária. Os AF mais pobres, para poderem investir na educação têm que abdicar de uma parte do rendimento

presente em detrimento de retornos futuro e, o rendimento presente pode ser crucial para sua sobrevivência.

Pode se destacar como as maiores barreiras na procura por educação primária as seguintes: um baixo nível de educação do chefe de agregado familiar, os factos, eventuais, de a criança ser deficiente ou ser órfã de pai ou mãe.

Considerados os resultados do estudo, o escopo e os principais objectivos da política Moçambicana em relação a educação, uma educação básica universal é alcançável, usando os esforços actuais como base. Para tal, seriam necessários mais esforços no sentido de garantir uma mesma oportunidade de educação entre crianças deficientes e não deficientes.

A educação do chefe do AF destaca-se como um dos principais canais pelo qual se pode aumentar a procura por educação primária de crianças na idade correspondente. Especialmente para crianças de AF mais pobres, onde o contributo da escolaridade do chefe do AF para procura de educação é ainda mais elevado, ademais ter um chefe do AF que estuda esta fortemente associado a maior probabilidade de inscrição. Os resultados deste estudo sugerem, portanto que iniciativas de promoção da educação de adultos têm impactos significativos muito relevantes para a escolarização primária das crianças mais pobres.

A existência de desigualdade no acesso a educação diminui a possibilidade de crianças provenientes de AF mais pobres inscreverem-se no ensino primário. Consequentemente, abre espaço para perpetuar a situação de pobreza e desigualdade rendimento.

Embora haja avanços na eliminação de desigualdade ligadas ao género na procura por educação, a desigualdade em função do rendimento do AF é um problema ainda patente na procura por educação primária. A desigualdade de rendimento contribui para que crianças de AF mais pobres não tenham a mesma oportunidade de ensino, relativamente a crianças de AF ricos. Ademais, quando consideramos que a maior parte da população moçambicana é pobre e a educação um instrumento de desenvolvimento. Fica ainda mais relevante perceber como a existência de desigualdades na procura por educação, afectará a procura de educação nos níveis de ensino posteriores.

As principais limitações do estudo estão ligadas ao facto de não ter sido usado uma metodologia para controlar problemas de endogeneidade, assim os resultados são menos robustos e não há evidência empírica robusta o suficiente para apresentar recomendações de política.

A principal razão subjectiva para não procurar educação é a falta de interesse. Usando a metodologia probit, não foi possível incorporar esse factor na análise da procura por educação primária. Para melhor perceber os contornos pelos quais a falta de interesse afecta a procura de educação, a sua origem e possíveis formas de mitigar, seria necessário realizar um outro estudo mais aprofundado sobre a matéria, especialmente quando se trata de ensino primário.

Bibliografia

Al-Samarrai, S. & Peasgood, T., 1998. Educational Attainments and Household Characteristics in Tanzania. *Economics of Education Review*, 17(4), pp. 395-417.

Ben-Porath, Y., 1967. The Production of Human Capital and the Life Cycle of Earnings. *The Journal of Political Economy*, Vol.75, No 4, Part 1, pp. 352-365.

Chernichovsky, D., 1985. Socioeconomic and demographic aspects of school enrollment and attendance in rural Botswana. *Economic Development*, 33(2), p. 319–332.

Connelly, R. & Zheng, Z., 2003. Determinants of school enrollment and completion of 10 to 18 year olds in China. *Economics of Education*, 22(4), pp. 379-388.

Dabla-Norris, E. & Gradstein, M., 2004. *The Distributional Bias of Public Education: Causes and Consequences*, Washington: IMF Working Paper 04/214.

DEEF, 2016. *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Quarta Avaliação Nacional*, Maputo: Ministério de Economia e Finanças.

Deolalikar, A. B., 1997. *The Determinants of Primary School Enrollment and Household Schooling Expenditures in Kenya: Do They Vary by Income?*, Seattle: Department of Economics, University of Washington.

Fox, L., Santibañez, L., Nguyen, V. & André, P., 2012. *Education Reform in Mozambique: Lessons and Challenges*. Washington, D.C: World Bank.

GdM, 2012. *Plano estratégico da educação 2012-2016*, Maputo: Ministério de Educação.

Glick, P. & Sahn, D. E., 2000. Schooling of girls and boys in a West African country: The effects of parental education, income and household structure. *Economics of Education Review*, 19(1), pp. 63-87.

Handa, S., 2002. Raising primary school enrolment in developing countries: The relative importance of supply and demand. *Journal of Development Economics*, Volume 103-128, p. 69.

Lincove, J. A., 2009. Determinants of schooling for boys and girls in Nigeria under a policy of free primary education. *Economics of Education Review*, Volume 28, p. 474–484.

Nidup, J., 2016. Determinants of School Enrolment in Bhutan: Does Income Matter to Poor?. *Asian Journal of Economic Modelling*.

Quayes, S. & Ramsey, R. D., 2014. Gender Disparity In Education Enrollment In Pakistan. *Asian Economic and Financial Review*, pp. 407-417.

Tansel, A., 1997. Schooling attainment, parental education, and gender in Cote D'Ivoire and Ghana. *Economic Development and Cultural Change*, 45(4), p. 825–856.

UNICEF, 2010. A Educação e o Direito das Crianças ao Desenvolvimento. Em: *Pobreza Infantil e Disparidades em Mocambique 2010*. s.l.:UNICEF.

WDI, 2017. *World Development Indicators*. [Online]
Available at: <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>
[Acedido em 01 Julho 2017].

World Bank, 2005. *Mozambique Poverty and Social Impact Analysis: Primary School Enrollment and Retention–The Impact of School Fees*, Washington D.C: World Bank.

Zimmerman, F. J., 2001. Determinants of school enrollment and performance in Bulgaria: The role of income among the poor and rich. *Contemporary Economic Policy*, 19(1), pp. 87-98.

Anexo A: Descrição das variáveis

Tabela: Descrição das variáveis

Variáveis	Descrição
<i>Características das crianças</i>	
Inscrição	Variável binária que assume valor 1 caso a criança tenha sido inscrita no ensino primário e 0 caso não tenha.
Idade	Idade da criança, anos de vida completados
Rapariga	Variável binária que assume valor 1 caso a criança seja do género feminino e 0 caso seja do género masculino.
Ordem de Nascimento	Ordem de nascimento da criança
É deficiente	Variável binária que assume valor 1 caso a criança seja deficiente e 0 caso não seja;
Órfão	Variável binária que assume valor 1 caso a criança seja órfã de pai, de mãe ou de ambos e 0 caso não seja
Participa_Trabalho_Infantil	Variável binária que assume valores 1 caso a criança tenha participado em algum trabalho infantil e 0 caso não tenha;
<i>Características do Agregado Familiar</i>	
Logconsumo	Logaritmo do consumo real do agregado familiar;
Rácio de dependência	Número total de membros no agregado familiar com idade menor que 6 e maior que 64 sobre o número total de membros no agregado;
Escolaridade do chefe do AF	Nível de educação do chefe do agregado familiar;

Província e área de residência Província e área de residência rural ou urbana.

Características do Chefe do Agregado Familiar

Idade do chefe do AF Idade do chefe do agregado familiar;

Chefe do AF frequenta escola Variável binária que assume valor 1 caso o chefe do agregado familiar frequente a escola e 0 caso não frequente;

Género do chefe do AF Variável binária que assume valores 1 caso o chefe do agregado familiar seja do género feminino e 0 caso não seja;

Estado civil do chefe do AF Estado civil do chefe do agregado familiar;

Custos directos e indirectos

Mediana do custo fixo Mediana do custo fixo (matricula, propinas e mensalidades) nos últimos 12 meses de frequência do ensino primário, na área de enumeração de residência da criança;

Mediana do custo variável Mediana do custo variável (uniforme, livros e transporte para escola) de frequentar o ensino primário, na área de enumeração de residência da criança;

Custo da Distancia Custo de oportunidade de chegar à escola primária mais próxima; resulta da multiplicação entre a distância á escola, medida em minutos, e o custo do tempo (rácio entre salário médio e horas médias de trabalho no grupo de idade).

Anexo B: Sumário Estatístico Total e da Subamostra

Tabela: Sumário estatístico

Variáveis	Média		
	Total	Ricos	Mais Pobres
<i>Características da criança</i>			
Inscrição	0,76	0,85	0,72
Idade	8,78	8,89	8,72
Rapariga	0,49	0,53	0,49
Ordem de Nascimento	2,81	2,54	3,00
Deficiência	0,01	0,01	0,00
<i>Órfão</i>			
Não é órfão	0,87	0,89	0,87
Órfão de mãe ou pai	0,11	0,09	0,11
Órfão de mãe e pai	0,02	0,02	0,02
Participa em algum Trabalho Infantil	0,19	0,14	0,18
Consumo real	38,66	103,41	17,75
<i>Características do Agregado Familiar</i>			
Rácio dependência	0,20	0,15	0,23
<i>Nível de Escolaridade do Chefe do AF</i>			

Nenhum nível	0,33	0,14	0,42
Primária 1º grau	0,38	0,32	0,39
Primária 2º grau	0,15	0,18	0,14
Secundaria 1ª Ciclo	0,08	0,15	0,05
Secundaria 2ª Ciclo	0,03	0,10	0,01
Nível Superior	0,02	0,10	0,00
<i>Características do Chefe do Agregado Familiar</i>			
Idade do chefe do AF	43,98	43,50	44,03
Se o chefe do AF frequenta escola	0,02	0,06	0,01
Género do chefe do AF	0,25	0,23	0,25
<i>Estado civil do chefe do AF</i>			
Solteiro	0,03	0,04	0,03
Casado/União Marital	0,81	0,83	0,81
Divorciado/Separado	0,06	0,06	0,07
Viúvo	0,10	0,08	0,10
<i>Custos directos e indirectos</i>			
Custo_distancia	58,28	41,35	68,99
Custo_fixo_mediano	50,02	331,57	0,75
Custo_variavel_mediano	66,66	181,21	41,34

Tabela: Sumário estatístico (continuação)

Variáveis	Média		
	Total	Ricas	Mais Pobres
<i>Província e área de residência rural e urbano</i>			
Niassa Urbano	0,01	0,01	0,02
Niassa Rural	0,06	0,02	0,07
Cabo Delgado Urbano	0,01	0,01	0,02
Cabo Delgado Rural	0,05	0,04	0,04
Niassa Urbano	0,06	0,04	0,07
Niassa Rural	0,13	0,08	0,15
Zambézia Urbano	0,04	0,05	0,05
Zambézia Rural	0,15	0,09	0,19
Tete Urbano	0,01	0,02	0,02
Tete Rural	0,09	0,16	0,04
Manica Urbano	0,02	0,04	0,01
Manica Rural	0,06	0,04	0,05
Sofala Urbano	0,03	0,04	0,02
Sofala Rural	0,06	0,02	0,07
Inhambane Urbano	0,01	0,02	0,01

Inhambane Rural	0,05	0,04	0,06
Gaza Urbano	0,01	0,02	0,01
Gaza Rural	0,05	0,03	0,05
Maputo Província Urbano	0,04	0,12	0,01
Maputo Província Rural	0,02	0,03	0,02

Anexo C: Resultados das regressões do modelo Probit

Tabela: Resultados Modelo Probit

Variável dependente: Inscrição	Amostra		
Variáveis Independentes	Total	Ricas	Mais Pobres
Idade	1,019*** (0,089)	0,919*** (0,292)	0,987*** (0,124)
Idade^2	-0,052*** (0,005)	-0,049*** (0,016)	-0,05*** (0,007)
Rapariga	0,023 (0,037)	-0,189 (0,120)	0,04 (0,052)
Ordem de Nascimento	0,049*** (0,0157)	0,088 (0,0583)	0,044** (0,0199)
É deficiente	-1,554*** (0,233)	-1,744*** (0,498)	-1,099*** (0,393)
Participa em algum Trabalho Infantil	-0,059 (0,056)	-0,226 (0,171)	-0,001 (0,085)
Log Consumo real	0,153*** (0,041)	0,075 (0,193)	0,318*** (0,082)
Órfão			
Pelo menos 1 parente	-0,152**	-0,285	-0,078

	(0,068)	(0,225)	(0,092)
Dos dois parentes	-0,063	-0,085	-0,082
	(0,149)	(0,346)	(0,218)
Rácio dependência	-0,012	0,18	-0,121
	(0,171)	(0,474)	(0,249)
<i>Escolaridade do chefe do AF</i>			
Primária 1º grau	0,283***	0,363*	0,237***
	(0,052)	(0,196)	(0,071)
Primária 2º grau	0,383***	0,474**	0,404***
	(0,070)	(0,223)	(0,107)
Secundaria 1º ciclo	0,706***	0,779***	0,727***
	(0,101)	(0,245)	(0,141)
Secundaria 2º ciclo	1,019***	0,73**	1,304***
	(0,155)	(0,305)	(0,270)
Nível Superior	0,714***	0,635*	-
	(0,232)	(0,331)	-
Idade do chefe do AF	-0,001	-0,004	-0,001
	(0,002)	(0,006)	(0,003)
Se o chefe do AF frequenta escola	0,341	0,287	1,056***
	(0,225)	(0,320)	(0,382)
Género do chefe do AF	0,087	0,292	-0,041

	(0,077)	(0,221)	(0,125)
--	---------	---------	---------

Tabela: Resultados Modelo Probit (continuação)

Variável dependente: Inscrição	Amostra		
Variáveis Independentes	Total	Ricas	Mais Pobres
Estado civil do chefe do AF			
Casado/União Marital	-0,019 (0,137)	0,041 (0,375)	-0,206 (0,202)
Divorciado/Separado	-0,218 (0,144)	-0,341 (0,441)	-0,374* (0,200)
Viúvo	-0,017 (0,140)	-0,493 (0,390)	-0,141 (0,196)
Custo distância	-0,00028 (0,000)	0,00049 (0,001)	-0,00026 (0,000)
Custo fixo (mediana)	0 (0,000)	- -	0 (0,002)
Custo variável (mediana)	0 (0,148)	0 (0,377)	0** (0,268)
Dummy Regionais	Sim	Sim	Sim
Observações	10,369	1,655	4,218

Legenda: * p<0,1; ** p<0,05; *** p<0,01; Dummy regionais incluídas para controlar diferenças geográficas.